



COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração

A **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) e, em todos os projetos de PPP, a Companhia atua de forma coordenada com a Unidade de Parcerias Público-Privadas - UPPP da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Em 2012 a CPP participou ativamente do acompanhamento dos contratos de PPPs em execução e dos estudos para novas PPPs, seja por iniciativa do Poder Público, seja por iniciativa do setor privado, por meio das Propostas de Manifestação Interesse (PMI), além de gerir a sua carteira de ativos. No âmbito da Administração, após implantação das primeiras experiências e com crescente familiaridade dos quadros técnicos com o novo formato de contratação, os contratos de PPP passaram a ser avaliados como uma opção concreta para a implantação de projetos em diferentes áreas. Por outro lado, com a edição do Decreto nº 57.289/11, que regulamentou o procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP, o Governo passou a receber uma significativa quantidade de propostas para realização de estudos relativos a projetos de PPP, com objetos bastante diversificados. A CPP, conforme previsto na referida normatização, acompanha todas as etapas desse novo procedimento, mais especificamente: i) emitindo manifestação preliminar acerca da aderência da proposta ao rol de requisitos estabelecido no decreto, indicando, se o caso, as complementações necessárias; ii) manifestação técnica prévia à submissão da MIP ao Conselho Gestor de PPP, para fins de seu recebimento como proposta preliminar de PPP; iii) participação, juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor de PPP, da elaboração do edital de chamamento, caso autorizado pelo Conselho Gestor o aprofundamento dos estudos; iv) acompanhamento, juntamente com a Secretaria Executiva, UPPP, PGE e Secretaria Tutelar, do desenvolvimento dos estudos; e v) manifestação técnica para subsidiar a decisão do Conselho Gestor acerca da modelagem definitiva apresentada. Essa nova dinâmica de atuação do Programa Estadual de PPPs, com maior interação com o setor privado, sem embargo do inegável potencial de incremento das parcerias, demanda atuação atenta, competência técnica e senso crítico dos órgãos de apoio governamental, para assegurar a implementação de projetos efetivamente alinhados com as políticas públicas vigentes e que traduzam a melhor opção para o Estado, tanto do ponto de vista da economicidade, como no que diz respeito à qualidade do objeto. O ano de 2012 foi, assim, o de maior volume de projetos apresentados e analisados pela UPPP e CPP desde a criação do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em 2004. Essa tendência foi reforçada por alterações propostas na Lei federal 11.079, que disciplina os contratos de parcerias público-privadas, especialmente no sentido de permitir o aporte de recursos pelo setor público na fase de investimento dos projetos, o que foi decisivo para a viabilização de projetos como o da Linha 6 do Metrô.

1. Contratos de PPP já assinados e em execução- Linha 4 - Amarela do Metrô de SP - Acompanhamento da execução do contrato de concessão patrocinada firmado em 29.11.2006, por meio de seu representante na Comissão de Acompanhamento dos Contratos de PPP (CACPPP), criada pelo Decreto nº 52.152, de 11.09.2007. O contrato, que prevê a realização de investimentos em sistemas e na aquisição do material rodante, e a operação da linha pelo parceiro privado, foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e a Concessionária Via Quatro S.A., tendo a CPP como interveniente garantidora. Em virtude da celebração do contrato de penhor entre a CPP e a Concessionária Via Quatro, em 22.12.2006, conforme previsto no contrato de concessão, a CPP acompanha o desempenho do Fundo RF Linha 4, que responde pela garantia solidária prestada pela CPP a determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do contrato de concessão. A fase I da linha 4 entrou em operação comercial plena no mês de outubro de 2011 e as obras da fase II já foram iniciadas. Estação de Tratamento de Água do Reservatório de Taiacupeba - O contrato de concessão administrativa, assinado em 18.06.2008 entre a Sabesp e a empresa CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, prevê a ampliação da estação de tratamento de água de Taiacupeba e a execução de um conjunto de serviços pelo parceiro privado, incluindo a disposição e tratamento do lodo, pelo período de 15 anos. O acompanhamento de sua execução se dá por meio do representante da CPP na CACPPP. A concessionária já operava determinados serviços, incluindo tratamento e disposição do lodo, e entregou em março de 2011 as obras que ampliaram a capacidade da ETA para 15 m3/s conforme previsão contratual. Reforma e Capacitação dos Trens da Série 5000 / Modernização dos trens da Linha 8 da CPTM - Contrato de Concessão Administrativa com prazo de 20 anos, com fornecimento de 36 novos trens de 8 carros e opção de fornecimento de trens novos em lugar da modernização de 12 trens da CPTM. O contrato foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção, em 19.03.2010. A CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos, e acompanha seus desembargamentos por intermédio de seu representante na CACPPP. A manutenção da frota atual vem sendo feita pela concessionária e desde o final de 2011 começaram a ser entregues os novos trens para a CPTM, conforme previsão contratual.

2. Novos projetos do Estado em fase de estudos e/ou modelagem- Nessa frente a atuação da CPP desenvolve-se em estreita colaboração com a Unidade de PPP da SPDR e com a Secretaria Executiva do Conselho Gestor, ainda que com particular ênfase nos aspectos financeiros dos projetos apresentados. Ao longo do período foram objeto de análise da CPP os seguintes projetos:

Linha 6 (Laranja) do Metrô: PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação, manutenção e operação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim, com extensão de 15,9 km, 15 estações e 20 trens e atendimento de 600 mil passageiros/dia útil. Proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, o projeto foi aprovado como proposta preliminar na 38ª reunião do CGPPP, de 18.07.2011, tendo sido realizado Chamamento Público, com posterior recebimento de estudos em março de 2012. A Modelagem final foi aprovada em 12.07.2012, com alterações aprovadas pelo CGPPP em 18.12.2012. A minuta do Edital foi submetida à Consulta Pública entre 22.10.2012 a 30.11.2012 (concluída). A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável por consolidar os resultados da consulta pública e elaborar a minuta do Edital de Concorrência disponibilizado no início de 2013.

Linha 18 (Bronze) do Metrô - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de 18 estações e 20 km de linha através da tecnologia de mon trilho, interligando Tamanduateí (SP) a Paço Municipal (SBC), com atendimento de 405 mil passageiros/dia útil. O projeto foi alvo de chamamento para convocação de estudos, publicado em 02.02.2012. O recebimento dos estudos se deu em 16.07.2012, e a modelagem final foi aprovada em 18.12.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável por consolidar os resultados dos estudos e analisar a modelagem final submetida ao CGPPP.

Linha 20 (Rosa) do Metrô - Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, acolhido como Proposta Preliminar na ocasião da 6ª Reunião Extraordinária do CGPPP, ocorrida em 09.03.2012. Trata-se de uma PPP na modalidade Concessão Patrocinada para construção da linha que ligará os bairros da Lapa e de Moema, com integração à Linha 5 Lilás, 12,3 km de extensão e 13 estações. O chamamento para convocação de estudos foi publicado em 03.08.2012. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos.

DAEE Reservatórios - PPP na modalidade Concessão Administrativa para implantação de 7 novos reservatórios; modernização e recuperação de 30 reservatórios existentes e 8 em implantação pelo DAEE; operação dos 45 reservatórios, com capacidade de 9,449 milhões de m³. A Consulta Pública à minuta do Edital foi realizada entre 23.08.2012 a 24.09.2012 (concluída). A CPP participa do Grupo de Trabalho que analisou os estudos da modelagem final e a minuta do Edital de Concorrência.

Educação Aula Interativa: PPP na modalidade Concessão Administrativa, proposta originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, para prestação de serviços técnicos especializados de formação de professores, com desenvolvimento e disponibilização de conteúdo digital interativo e infraestrutura de suporte. A CPP participa das reuniões técnicas que analisam os estudos da modelagem final, recebidos em 23.07.2012.

FURP: Planta de Produção de Medicamentos Américo Brasileiro - Projeto de PPP na modalidade Concessão Administrativa para desenvolvimento e produção de medicamentos genéricos na unidade fabril de Américo Brasileiro, com fornecimento de 129 tipos de medicamentos à Secretaria Estadual da Saúde. A modelagem final foi aprovada em 07.11.2012. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da modelagem final e da minuta de Edital a ser submetida a consulta pública no início de 2013.

Habitação - O escopo do projeto é a construção, a gestão condominial de 16 mil unidades habitacionais voltadas para a população de baixa renda do Estado, gestão da carteira de mutuários; administração condominial; trabalho social de pré e pós-ocupação; preservação e conservação ambiental; e mapeamento de áreas de riscos no território estadual. A proposta preliminar foi aprovada na 41ª Reunião Ordinária do CGPPP e em 16.04.2012 foi publicado Edital de Chamamento Público de Propostas, cujo recebimento ocorreu em 10.10.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico na análise dos estudos recebidos, elaboração da modelagem final e preparação dos documentos para licitação.

Hospitais - PPP na modalidade Concessão Administrativa, para implantação, manutenção e operação dos serviços de apoio não assistenciais de quatro Estabelecimentos Assistenciais de Saúde no Estado de São Paulo (Hospital de Emergência de Sorocaba - 250 leitos; Hospital de Emergência de São José dos Campos - 150 leitos; Hospital Pérola Byington Nova Luz - 200 leitos; Centro de Reabilitação e Tratamento de Olhos e Ouidos - 100 leitos). Projeto proposto originalmente por meio de Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada e cuja Proposta Preliminar foi aprovada em 14.08.2012, tendo o chamamento de convocação de estudos sido publicado em 10.10.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP, do Chamamento Público de convocação de estudos, sua análise e proposição da modelagem final.

Fóruns - PPP na modalidade Concessão Administrativa, com previsão de construção e manutenção predial de 06 Fóruns, nos municípios de Barueri, Bauru, Guarulhos, São Paulo (Itaquera e Lapa) e Presidente Prudente, por até 25 anos. A CPP participou das reuniões técnicas que subsidiaram a elabo-

ração da Proposta Preliminar do projeto, aprovada pelo Conselho Gestor em sua 44ª Reunião Ordinária, realizada em 02 de fevereiro de 2012.

Logística de Medicamentos - PPP na modalidade Concessão Administrativa para implantação de solução logística para distribuição de remédios à população do Estado de São Paulo. O projeto foi proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e, reformulado pela Secretaria da Saúde, teve Proposta Preliminar aprovada em 07.11.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e preparação do Chamamento Público para recebimento de propostas.

Pátios DETRAN - PPP na modalidade Concessão Administrativa para Implantação e modernização dos processos de aplicação de penalidades de trânsito (DETRAN) e da remoção, depósito, guarda e destinação de veículos do Estado de São Paulo. Serão prestados serviços de gestão integrada da remoção, guarda, liberação e apoio ao exercício do poder de apreensão de veículos. Projeto proposto originalmente como Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada. A Proposta Preliminar foi aprovada em 14.08.2012, e o chamamento de convocação de estudos, publicado em 19.09.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para elaboração da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP e do Chamamento Público de convocação de estudos.

Presídios - PPP na modalidade Concessão Administrativa para construção e operação de 03 complexos prisionais com capacidade total para 10.500 internos, e modelo de gestão compartilhada. O Estado permanecerá com as atividades jurisdicionais e administrativo-judiciárias, enquanto o parceiro privado ficará responsável pelas atividades administrativas das unidades, que inclui monitoramento interno, manutenção física dos estabelecimentos e assistência aos sentenciados (assistência social, material, religiosa, médica, odontológica, laboral, psicológica e educacional). Projeto proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada, o qual foi objeto de Chamamento Público e cujos estudos foram recebidos em 10.08.2012. A CPP participa do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para análise dos estudos recebidos, e proposição de modelagem final para o Conselho Gestor das PPPs.

SABESP: Sistema Produtor São Lourenço - A CPP participou das reuniões técnicas com a SABESP e da avaliação dos estudos realizados com vistas à conclusão da modelagem para a PPP na modalidade Concessão Administrativa, cuja proposta preliminar, juntamente com outras propostas da Sabesp, havia sido aprovada pelo Conselho Gestor em julho de 2009. A modelagem definitiva foi aprovada no Conselho Gestor e o edital de licitação disponibilizado no final de 2012.

Sistema de Trens Intercidades - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para Construção de infraestrutura, implantação de equipamentos e de sistemas e compra de material rodante para operação de rede integrada de linhas ferroviárias de passageiros, conectando as cidades de Santos, Mauá, São Caetano, Santo André, Jundiá, Campinas, Americana, São José dos Campos, Taubaté e Sorocaba a uma estação central na cidade de São Paulo. O projeto foi proposto originalmente como Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e teve sua Proposta Preliminar aprovada em 27.11.2012. A CPP participou do Grupo de Trabalho responsável pelo apoio técnico para análise da Proposta Preliminar aprovada pelo CGPPP.

3. Outras Propostas de Manifestação de Interesse recebidas- A CPP participa da análise dessas propostas tanto na sua fase inicial para avaliação de conformidade às exigências do Decreto como nas fases seguintes, de inclusão como proposta preliminar na carteira de projetos de PPP e de avaliação dos estudos desenvolvidos. No ano de 2012, foram objeto de análise as seguintes Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), as quais encontram-se em diferentes estágios de análise:

Propostas de Manifestação de Interesse- Certificação Digital - PPP na modalidade Concessão Administrativa para modernização e ampliação da estrutura de identificação digital, civil e criminal, através da certificação online de identidade e segurança em transações eletrônicas no Estado de São Paulo.

Corredor de Ônibus Antônio João - Alphaville - Santana do Parnaíba - Construção e operação de ônibus na região de Antônio João, Alphaville e Santana do Parnaíba, na região Metropolitana de São Paulo. O projeto consiste de construção de linha dedicada de operação, terminais de embarque e desembarque com pagamento de tarifa antecipada.

Expresso ABC - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação do Expresso ABC (Linha 10 Turquesa - CPTM).

Geração de Energia em Aterros Sanitários - PPP para geração de energia a partir de aterros e/ou outras fontes de biogás e biomassas.

Linha 1 - Portuguesa Tietê - Aeroporto de Guarulhos - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de 24 km de linha metroviária através da tecnologia de mon trilho, interligando a estação Portuguesa Tietê (localizada no Terminal Rodoviário Tietê) e os terminais de passageiros do Aeroporto Governador André Franco Montoro, em Guarulhos.

Linha 7 (Rubí) - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para ampliação da capacidade de oferta da Linha 7 da CPTM.

Metro Leve Elevado - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de linha interligando os bairros de Santos Amaro, Jardim Ângela e Capão Redondo, com possibilidade de expansão futura no modo mon trilho.

Parque Tecnológico Jaguaré - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para implantação de Parque Tecnológico junto à Universidade de São Paulo e Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Poupatempo - PPP na modalidade Concessão Administrativa para gestão e operação das unidades Poupatempo por PPP. Qualificação de 10 unidades geridas pelo Estado e 21 terceirizadas. Criação de 59 unidades no interior e 5 na capital.

Rodovia SP 79 - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para operação, manutenção e duplicação da Rodovia SP 79, entre Votorantim e Juquiá, e demais trechos adjacentes das Rodovias SP 291 e SP 55.

Saneamento no Vale do Juquiri - PPP na modalidade Concessão Administrativa para universalização do Saneamento no Vale do Juquiri e constituição de polo produtor de água de reuso. Proposta de Manifestação de Interesse protocolada pela empresa Aegea Saneamento e Participações S.A.

Sistema Rodoviário de Integração do Oeste Paulista - PPP na modalidade Concessão Patrocinada para Exploração do Sistema Rodoviário de Integração do Oeste Paulista, compreendendo trechos das Rodovias SP 333, 294 e 425, incluindo serviços de ampliação, melhoria, recuperação, manutenção e conservação do sistema.

4. Gestão Financeira- A administração financeira da CPP pauta-se pela otimização da utilização dos ativos inicialmente recebidos do Estado e pela preservação de um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade dos mesmos, compatível com o perfil e o horizonte dos projetos que deverão comportar sua participação. Além de dois fundos exclusivos constituídos em garantia às obrigações firmadas no contrato de PPP da Linha 4 do Metrô e no contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 02.2.361.4.1, firmado entre o Estado de São Paulo e o BNDES, a CPP possui ações PNB de emissão da CESP, recebíveis do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) e disponibilidades aplicadas junto ao Banco do Brasil S.A., os quais compõem um portfólio de ativos de boa qualidade e que estão aptos a serem utilizados para prestação de garantias de obrigações eventualmente assumidas pela Administração Pública junto a parceiros privados. Em 2012 houve o ingresso de R\$ 104.168.993 (cento e quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e três reais) correspondentes aos créditos dos recebíveis do DER, adquiridos em 2005 e 2006, relativos ao ônus fixo previsto nos contratos de concessão rodoviária firmados entre o Estado de São Paulo e as Concessionárias Autoban, Vianorte e Triângulo do Sol. Ingressaram, ainda, R\$ 13.440.992 (treze milhões, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e noventa e dois reais), relativos às parcelas das amortizações das cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Não-Padronizado da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), subscritas em 2007 pelo valor total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), e cujo vencimento final será em março de 2014. Tais montantes foram integralmente aplicados no Banco do Brasil, com liquidez diária e rentabilidade média aproximada de 99% do CDI. No caso do Fundo de Investimento CPP - Linha 4 - Renda Fixa, administrado pelo Banco do Brasil e que respalda as obrigações solidárias assumidas pela CPP no Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, seu patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 371.304.038 (trezentos e setenta e um milhões, trezentos e quatro mil e trinta e oito reais), com rentabilidade no ano de 22,84%. Em abril de 2012, o Conselho de Administração propôs e restou aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas a destinação, para o aumento de capital, do saldo declarado de juros sobre capital próprio do exercício de 2011, no montante de R\$ 33.245.716 (trinta e três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e dezesseis reais), tendo sido pago aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, o montante de R\$ 26.218.574 (vinte e seis milhões, dezoito mil, quinhentos e setenta e quatro reais). Em 2012, a CPP creditou aos seus acionistas, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 60.918.679 (sessenta milhões, novecentos e dezoito mil, seiscentos e setenta e nove reais). Desse total, R\$ 22.389.181 (vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais) já foram pagos no decorrer de 2012. A Companhia tem participação acionária na Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP (Nossa Caixa Desenvolvimento) correspondente a 20.000 ações ordinárias nominativas, na Companhia Paulista de Securitização - CPSEC correspondente a 1.000 ações ordinárias nominativas e na Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, de 20.000 ações ordinárias nominativas. Esta última subscrita e integralizada em março/2010 e as outras duas nos exercícios de 2008 e 2009, respectivamente. Possui ainda participação acionária na Companhia Energética de São Paulo - CESP, no montante de 13.793.103 ações preferenciais classe B, adquiridas em dez/2006, tendo recebido juros sobre capital próprio/dividendos correspondentes a essa posição, em 2012, no valor de R\$ 20.536.061 (vinte milhões, quinhentos e trinta e seis mil e sessenta e um reais). **A Administração.**

... continua

... **continuação**

não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A) Disponibilidades e Aplicações Financeiras- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. B) Créditos a Receber- Os valores de mercado dos direitos de créditos foram calculados com base no seu valor presente conforme condições contratuais. C) Títulos e Valores Mobiliários- Para os fundos de investimentos de valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A participação societária em ações preferenciais classe B de emissão CESP está registrada pelo seu valor de custo. O valor de mercado foi apurado com base na cotação de fechamento do último pregão ocorrido na Bovespa no exercício (dia 31/dez./2012), de R\$19,39 por ação (R\$33,05 na mesma data

COMPANHIA PAULISTA DE PARCELIAS - CPP

de 2011), conforme apresentado abaixo:

	<u>31/dez./2012</u>	<u>31/dez./2011</u>
Valor contábil	199.999.994	199.999.994
Valor de Mercado	267.448.267	455.862.054

D) Fundos De Investimento em Garantia- Os valores apresentados foram apurados conforme marcação a mercado. A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

Nota 15. Demais Informações- Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção, empresa constituída exclusi-

vamente para prestar os serviços decorrentes do referido contrato de concessão. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante de até R\$ 58 milhões. Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19/10/2010. Tal operação conta com aprovação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e do Conselho de Administração da Companhia.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador
Andrea Sandro Calabi Pedro Pereira Benvenuto Philippe Vedolim Duchateau	Philippe Vedolim Duchateau Cláudia Polto da Cunha Tomás Bruginiski de Paula	Cleber Claudino CRC 1 SP 225.853/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subseqüentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, complementados por Notas Explicativas, Proposta de Destinação do Lucro Líquido, bem como o Relatório da Administração sobre os negócios sociais

e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 08 de março de 2013, este Conselho conclui que não há qualquer ressalva em relação aos documentos acima examinados e que os mesmos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de ser submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 25 de março de 2013.

Maria do Carmo Scaravelli
Conselheira Fiscal
Marildo Manoel do Nascimento
Conselheiro Fiscal
Roberto Yoshikazu Yamazaki
Conselheiro Fiscal
Tutomu Harada
Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2012.

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Companhia Paulista de Parcerias - CPP** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Paulista de Parcerias - CPP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis- A administração da Companhia Paulista de Parcerias - CPP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PAULISTA DE PARCELIAS - CPP em 31 de dezembro de 2012, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos- Demonstrações do valor adicionado- Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de março de 2013.

Audilink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

Rogério Wech Adriano
Contador CRC/RS 045525/O-3 'T' SP

**SECRETARIA DA
FAZENDA**

**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**